



## ***O Evangelho segundo o Espiritismo e a afirmação espírita cristã***<sup>1</sup>

*The Gospel according to Spiritism and the Christian Spiritist affirmation*

André Ricardo de Souza\*  
Aíla Luzia Pinheiro de Andrade\*\*

### **Resumo**

*O Evangelho segundo o Espiritismo*, um dos cinco fundamentais livros espíritas publicados por Allan Kardec, tem papel central na afirmação do espiritismo como parte da religião cristã, algo que é feito também através do amplo trabalho assistencial gratuito realizado pelos espíritas no Brasil. Partindo de análise bibliográfica e pesquisa de campo, o artigo mostra que tal livro espírita compõe uma necessidade de reinterpretação bíblica. O artigo aborda a longa trajetória das interpretações bíblicas e a propagação do estudo do referido livro assim como das práticas religiosas disseminadas a partir dele no âmbito do espiritismo brasileiro, enquanto parte de sua afirmação cristã.

**Palavras-chave:** Espiritismo. Allan Kardec. Cristianismo. Bíblia. Evangelho.

### **Abstract**

*The Gospel according to Spiritism*, one of the five fundamental Spiritist books published by Allan Kardec, plays a central role in affirming Spiritism as part of the Christian religion, something that is also done through the extensive free welfare work carried out by Spiritists in Brazil. Based on bibliographical analysis and field research, the article shows that this Spiritist book is part of a need for biblical reinterpretation. The article looks at the long history of biblical interpretations and the spread of the study of this book, as well as the religious practices disseminated from it within Brazilian Spiritism, as part of its Christian affirmation.

**Keywords:** Spiritism. Allan Kardec. Christianity. Bible. Gospel.

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado em 22 de novembro de 2024 e sofreu uma retificação de seu conteúdo em 05 de dezembro de 2024.

Artigo submetido em 25 de novembro de 2023 e aprovado em 30 de outubro de 2024.

\* Doutor e Mestre em Sociologia pela USP. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-5224-3117. E-mail: arsouza@ufscar.br.

\*\* Graduada em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1998), possui Bacharelado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2000), mestrado (2003) e doutorado (2008) em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-2339-1134. E-mail: aila.andrade@unicap.br.

## Introdução

Nas ciências sociais da religião no Brasil, o espiritismo kardecista foi abordado, inicialmente na década de 1960, como um dos dois polos do “continuum mediúnico”, em contraposição ao polo do candomblé e sendo, junto com esta religião de origem africana e com o catolicismo popular, as matrizes da umbanda (Camargo, 1961). Foi chamado de kardecismo e mesmo de “mesa branca”, com o intuito de uma diferenciação em relação à religião umbandista, sendo esta, por vezes e de modo pejorativo, designada como “baixo espiritismo” (Aubrée; Laplantine, 2009; Prandi, 2012). Mas por ser efetivamente uma religião distinta da umbanda e que, evidentemente, tem no educador francês Hyppolite Léon Denizard Rivail, cujo pseudônimo adotado foi Allan Kardec (1864 - 1869), como maior referência, chamaremos aqui apenas de *espiritismo*.

Meio século depois, alguns cientistas sociais da religião apontaram o espiritismo como uma das “religiões neocristãs”, junto com Testemunhas de Jeová, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Mórmons e Legião da Boa Vontade (LBV). Elas têm em comum formas peculiares - do ponto de vista doutrinário - de devoção a Jesus Cristo e o fato, evidente, de serem distintas das prevalentes tradições de fé cristãs: catolicismo e protestantismo (Camurça, 2010; Teixeira, 2010; Souza, 2019).

O espiritismo se sobressai no campo neocristão por dois motivos: 1) seu tamanho em termos de adeptos, o terceiro maior do Brasil, depois dos contingentes de católicos e de evangélicos, respectivamente, conforme vêm mostrando todos os censos demográficos; 2) sua tônica na caridade, traduzida em grande quantidade de atividades assistenciais realizadas nos centros espíritas e em instituições desse tipo com médio e grande porte, decorrentes deles ou a eles ligadas institucionalmente (Simões, 2015; Souza; Simões, 2017; Souza, 2024).

Em termos da devoção espírita cristã tem destaque o livro de Kardec, publicado em abril de 1864 e intitulado *A imitação do evangelho segundo o espiritismo*, modificado três anos depois para: *O evangelho segundo o espiritismo* (ESE).

Inicialmente, entretanto, vejamos como se deu, ao longo da história, a

interpretação da Bíblia como um todo, algo que é feito - especificamente quanto aos ensinamentos de Jesus Cristo - no referido livro do fundador do espiritismo. Seu trabalho está inserido em um processo histórico composto por interpretações bíblicas, de acordo com valores, visões e objetivos de diferentes igrejas e segmentos religiosos, sendo este último o caso espiritismo. Kardec não organiza ESE apenas sob a perspectiva espírita, agregando contribuições mediúnicas, mas toma como ponto de partida o estudo bíblico - especificamente, de parte do Novo Testamento - considerando o contexto social, cultural e linguístico a respeito do qual o texto bíblico trata, deduzindo consequências práticas para os adeptos do espiritismo. Para mais bem compreender isso cabe avaliar devidamente como se deu tal processo amplo de interpretações bíblicas.

## **1 A trajetória de estudos e interpretações da Bíblia**

A interpretação da Bíblia surgiu a partir do interior dela mesma, através de releituras posteriores de textos mais antigos. Os autores dos livros das Crônicas, por exemplo, releeram os livros dos Reis, e os autores do Novo Testamento reinterpretaram o Antigo Testamento a partir da experiência da fé em Jesus de Nazaré existente nas primeiras comunidades cristãs. A Bíblia, na verdade, não é um livro, mas uma biblioteca composta de vários escritos, com autores e gêneros literários diferentes.

Tal como as religiões do Antigo Oriente Médio, a princípio, a Bíblia teria um *status* de livro “escrito por Deus” e entregue aos seres humanos, algo semelhante ao Código de Hamurabi e a outros textos daquelas culturas, em épocas remotas. A autoria divina da Bíblia aparece numa narrativa bem singular no livro Êxodo, segundo a qual Moisés teria recebido de Deus duas tábuas de pedra contendo os dez mandamentos, núcleo fundante da fé de Israel. Contudo, o mesmo livro narra que Moisés quebrou tais tábuas e as reescreveu em momento posterior. Disso se depreende que a própria Bíblia faz desaparecer o suposto caráter divino original dos seus textos, resultando em um conjunto de escritos realizados por seres humanos ao longo dos séculos, embora continue sendo considerado pelo judaísmo e pelo cristianismo seu caráter de sacralidade, pois essas religiões defendem que os autores dos textos bíblicos estavam divinamente inspirados quando os escreveram (Gilbert, 1995, p. 30).

Ao contrário do modo de pensar na Antiguidade, a respeito de textos religiosos, a Bíblia não foi considerada pelos judeus como um livro “caído do céu”, mas como uma literatura pertencente aos condicionamentos históricos e à fragilidade dos meios através dos quais seus textos foram copiados: o papiro, o pergaminho e o papel. A tarefa de cópia à mão fez surgir nos textos acréscimos e supressões, no decorrer da história. Disso resulta uma necessidade intrínseca de tais serem interpretados sob diversas perspectivas e estudados, inclusive mediante a consideração de descobertas, métodos e conclusões das ciências modernas.

O estudo da Bíblia passou por muitas etapas. Começou com os escribas, sábios e mestres judeus, que ganharam proeminência devido a uma ausência gradativa das atividades dos profetas, que, anteriormente, davam orientações de fé e moral para os antigos israelitas e seus descendentes, no curso de muitas gerações. Durante o período em que estiveram sob o domínio do império persa, os sábios judeus passaram a ser os intérpretes autênticos da vontade divina a partir da consulta e interpretação dos textos bíblicos que haviam sido produzidos até então. Os sábios judeus foram considerados substitutos de Moisés, o grande mestre e legislador. Posteriormente, foram substituídos pelos rabinos, que, além de criarem normas e métodos de interpretação bíblica, também fixaram o texto do Antigo Testamento de modo definitivo, por volta do final do século II depois de Cristo (d.C). A partir do ano 700 d.C. até 1100, judeus conhecidos como massoretas, versados na interpretação da Bíblia e guardiães da tradição, criaram um sistema de vogais para o texto hebraico que facilitou a leitura para quem antes não tinha acesso à forma de pronúncia do texto composto apenas por letras consoantes (Sánchez, 1996, p. 53-55).

Durante os séculos I-VI d.C., os cristãos de origem judaica tiveram muitos problemas com as sinagogas e precisaram justificar a sua fé procurando no Antigo Testamento, passagens que os ajudassem a justificar sua fé em Jesus como sendo o Cristo (messias) esperado pelo povo de Israel. Essa abordagem, primeiramente, se configurou como tipológica. Tal tipologia, basicamente, selecionava passagens do Antigo Testamento que poderiam servir como figuras das ações de Jesus ou dos cristãos. Um *typus* é quando se considera uma pessoa ou coisa no Antigo

Testamento como prefiguração de uma pessoa ou coisa no Novo Testamento. Por exemplo, no Evangelho de Lucas é afirmado que, assim como o profeta Jonas foi sinal para os ninivitas, Jesus foi um sinal para os seus contemporâneos (Lc 11,30), ou seja, Jonas é considerado *typus* de Jesus. Da mesma forma, o dilúvio (Gn 6–7) é um *typus* do batismo cristão, conforme a Primeira Carta de Pedro (3, 20-21). Nessa forma de abordagem bíblica, os relatos do Antigo Testamento eram considerados uma prefiguração das realidades narradas no Novo Testamento e assim era mostrada a continuidade entre ambos e mais do que isso, pois os escritos dos cristãos continham o sentido pleno dos escritos judaicos (Beale, 2013, p. 35-38).

Outra forma muito comum de abordagem do Antigo Testamento contida no Novo Testamento é a interpretação alegórica. A alegoria é quando personagens e/ou eventos são tratados como símbolos ou metáforas de outros eventos, ideias ou pessoas. A alegoria tem sido um recurso literário comum em diversas literaturas sagradas e profanas. Alegorias têm sido usadas para expressar indiretamente ideias impopulares ou controversas, para criticar a política ou aqueles que estão no poder. Em outras ocasiões, a alegoria é usada para expressar ideias abstratas ou verdades espirituais por meio de uma metáfora estendida, tornando certas verdades mais fáceis de serem compreendidas.

Curiosamente, eventos históricos significativos, que, à primeira vista, parecem não conter nenhum significado mais que o literal ou histórico, são interpretados alegoricamente. Um exemplo disso está na Epístola aos Gálatas, onde Paulo interpreta a história do patriarca Abraão, com a concubina Hagar e a esposa Sara como uma alegoria para a Antiga e a Nova Aliança (Antigo e Novo Testamentos). Conforme Paulo, Hagar, a mulher escrava e não legítima, representa o Monte Sinai na Arábia e corresponde aos judeus que estão escravos da lei de Moisés. Sara, a mulher livre e esposa legítima simboliza a comunidade cristã, que não está submetida à lei de Moisés, mas à liberdade trazida por Jesus (Gl 4,22-26).

Disso se conclui que os escritores cristãos do século I d.C., não apenas seguiram os exemplos dos judeus ao interpretarem o Antigo Testamento, como também usaram em larga escala os mesmos métodos de seus antecessores. De

fato, a abordagem tipológica já havia sido usada pelos judeus e está presente no Antigo Testamento, exemplo disso é o personagem Noé, moldado de acordo com Adão, tendo como objetivo mostrar que Noé é o cumprimento tipológico de Adão. A abordagem alegórica já era bastante conhecida no contexto judaico também através das obras do filósofo judeu Filo de Alexandria (Beale, 2013, p. 38 e 152-153). Além disso, essas abordagens não são neutras nem ingênuas, mas sim utilizadas para a defesa de pontos de vistas e em função da construção de identidades de grupos religiosos diversificados.

Em continuação, os cristãos de cultura grega, no período posterior à era apostólica, também contribuíram com a interpretação bíblica. Entre eles estavam os chamados Padres Apostólicos, que procuram fundamentar na Bíblia a doutrina cristã que estava sendo formada. Posteriormente, vieram os Padres Apologetas, filósofos que haviam se convertido ao cristianismo e estavam às voltas com polêmicas provocadas pelos “pagãos” e pelos judeus. Suas interpretações do Antigo e do Novo Testamento tinham por objetivo refutar calúnias contra os cristãos; defender como verdade as doutrinas cristãs e condenar os erros de escritores “pagãos” críticos do cristianismo. Mais que tipologia ou alegoria, esses intérpretes deram preferência ao sentido moral e prático da Bíblia (Sánchez, p. 58-62 e Gilbert, p. 95-126).

Na Idade Média, além das abordagens mencionadas, foi utilizada também a interpretação anagógica, ou seja, o sentido místico, que tinha a pretensão de levar os intérpretes a um conhecimento das realidades espirituais mais elevadas. No entanto, a maioria das pessoas, naquela época, era iletrada e não podia ter acesso à Bíblia nem a esse tipo de conhecimento. Por isso, foi incentivado o uso da arte, principalmente da escultura e a representação de cenas bíblicas na pintura. Ao pregador caberia a missão de dar a explicação dessas representações. Fundou-se uma catequese pela imagem, fornecendo uma consciência limitada da Bíblia, pois as pessoas, em geral, somente conheciam do texto bíblico aquilo que os pregadores (em especial os bispos) queriam que elas soubessem pela mão dos artistas (Gilbert, p. 131-134).

Com a invenção da imprensa, o texto bíblico tornou-se, gradativamente, acessível a todos. Daquele momento em diante, ela seria um livro entre tantos

outros, não importando quem fosse o leitor, nem quais fossem suas intenções ou convicções. Da Bíblia “era arrancada à sua única recepção na Igreja para se tornar um objeto comercial oferecido à livre escolha de quem quer que fosse” (Gilbert, p. 141). O texto, que antes estava oculto aos olhos da maioria, começou a revelar sua complexidade, provocando dúvidas, críticas e as mais diversas interpretações. Assim, o sentido literal, antes não muito importante, passou a ocupar a primazia nos estudos bíblicos.

Além disso, Martinho Lutero e a Reforma Protestante havia conclamado os fiéis a uma volta à “verdade hebraica”. O axioma “só a Escritura” relativizou toda a interpretação realizada até então, pois os reformadores queriam saber o que a Bíblia, por ela própria, tinha a dizer. Começou, a partir daí, um estudo crítico da Bíblia, ou seja, uma análise criteriosa dos textos, sem o crivo dogmático.

O célebre filósofo holandês Baruch Spinoza (1632-1677), descendente de judeus, no seu livro *Tratado teológico-político* (1670), principalmente no capítulo “Da Interpretação da Escritura”, afirmou que a regra universal de interpretação da Bíblia é não lhe atribuir nada além do que a pesquisa histórica possa mostrar. Segundo ele, é preciso saber todas as propriedades da língua em que o texto foi escrito, o sentido do discurso, as circunstâncias em que foi escrito e o destino próprio de cada livro que a compõe. Esta posição em relação ao Antigo Testamento o levou a ser expulso da sinagoga. No âmbito católico, o padre francês Richard Simon (1638-1712) tentou fazer uma tradução ecumênica da Bíblia, mas foi impedido. Ele escreveu *A história crítica do Antigo Testamento* (1680), assumindo uma posição parecida com a de Spinoza. Era a favor de que fossem considerados os diversos tempos e lugares e todas as mudanças que sobrevieram aos textos, assim como a maneira como foi formada a coletânea e as mudanças ocorridas nos originais. Defendia que a inspiração divina também estava presente naqueles que anotaram e corrigiram os textos (Gilbert, p. 159-168).

O médico e escritor francês Jean Astruc (1684-1766), em 1753, publicou uma obra anônima por medo de ser condenado pela Igreja Católica, intitulada *Conjecturas sobre as memórias originais das quais parece que Moisés se serviu para compor o livro do Gênesis*, na qual colocou o livro inteiro do Gênesis em quatro colunas: na coluna A estavam os textos que nomeiam Deus como Elohim.

Na coluna B o nome de Deus era o tetragrama impronunciável (YHWH). Na coluna C, ficavam os textos que não mencionam o nome divino. E na coluna D os relatos que não tinham nenhuma relação direta com a história do povo hebreu. Isso possibilitou a conclusão de que o conjunto literário do Pentateuco não poderia ter sido escrito por um só autor. Essa posição levou a Comissão Bíblica do Vaticano, em 1906, a condenar esta teoria e impedir o estudo crítico da Bíblia no âmbito católico (Tillesse, 1987, p. 83).

Enquanto na vanguarda dos estudos bíblicos do lado protestante, o luterano Johann Salomo Semler (1725-1791), influenciado pelos pensadores iluministas, enfatizava a importância de interpretar textos bíblicos dentro de seu contexto histórico, Semler defendia uma distinção entre “palavra de Deus” e “Bíblia”. As Escrituras deveriam ser tratadas como um documento histórico, e não como “a palavra de Deus”. Esta posição foi determinante para estabelecer as bases para a exegese bíblica moderna. A abordagem bíblica defendida por Semler envolvia a análise das circunstâncias históricas nas quais surgiram os escritos bíblicos, promovendo assim uma compreensão mais matizada das Escrituras. Por isso, Semler é considerado o pai dos Métodos histórico-críticos de estudos bíblicos, que buscam averiguar os significados dos textos bíblicos em seus contextos originários, levando a uma compreensão mais secular dos textos que anteriormente eram considerados pela teologia protestante, e católica, apenas como sagrados. Isto foi um passo determinante para o desenvolvimento para a exegese bíblica moderna entre protestantes e católicos na modernidade. Semler enfrentou críticas de luteranos ortodoxos que viam seu trabalho como um enfraquecimento das doutrinas centrais da Reforma. Em 1788, o ministro prussiano do rei Frederico Guilherme II, chamado Johann Christoph von Wöllner, emitiu um edital contra o iluminismo religioso, ao qual Semler se opôs, aumentando a tensão com autoridades religiosas conservadoras. Apesar disso, ele permaneceu como protestante luterano (Fitzmyer, 2008, p. 61-62).

Estudiosos posteriores, como o luterano Julius Wellhausen (1844-1918), exploraram ainda mais as implicações do contexto histórico na interpretação bíblica. A pesquisa de Wellhausen retomou diversos estudos, entre os quais os de Jean Astruc, que apontavam para a teoria de que o Pentateuco não tinha um só

autor, mas era formado por diversas fontes. Os principais teóricos protestantes percussores de Wellhausen foram: Karl Heinrich Graf (1815-1869) e Abraham Kuenen (1828-1891). O trabalho desses estudiosos levou Wellhausen a elaborar a “Hipótese Documentária do Pentateuco” (ou “Hipótese Graf-Kuenen-Wellhausen”), propondo que os primeiros cinco livros do Antigo Testamento tinham sido compilados a partir de quatro fontes principais, de épocas distintas, que ele denominou de Javista (J), Eloista (E), Deuteronomista (D) e Sacerdotal (P). Wellhausen argumentou que essas fontes refletem diferentes contextos históricos e perspectivas teológicas distintas. Em resumo, o Pentateuco não teve Moisés como autor. O trabalho de Wellhausen foi crucial no desenvolvimento da chamada “crítica de fontes”, fundamental para entender as origens e o desenvolvimento dos textos bíblicos, e que se tornou parte dos Métodos Histórico-Críticos. As conclusões de Wellhausen se tornaram muito controversas entre os círculos protestantes, por isso, ele renunciou à cátedra de professor de teologia e assumiu a de línguas orientais. Mesmo assim, ele permaneceu vinculado à Igreja Luterana ao longo de sua vida (Gunneweg, 2003, p. 73)<sup>2</sup>.

De todos os estudiosos protestantes que lançaram as bases para os Métodos Histórico-Críticos, o pastor e teólogo luterano Rudolf Karl Bultmann (1884-1976) foi o mais influente exegeta do século XX a usar e desenvolver extensivamente esses métodos nos estudos bíblicos. Suas obras provocaram um amplo impacto na pesquisa bíblica em outras denominações protestantes e mesmo sobre a exegese católica. Bultmann fez contribuições significativas para a pesquisa do Novo Testamento e ficou particularmente conhecido por sua pesquisa com a “crítica das formas”, ao analisar as tradições orais por trás dos textos neotestamentários. Bultmann também contribuiu para o desenvolvimento da “crítica de redação”, que examina como os escritores dos Evangelhos moldaram suas fontes escritas e orais para propósitos teológicos específicos. Ele tinha como objetivo descobrir o significado original do texto bíblico em seu contexto histórico de origem, ao mesmo tempo em que tornava a mensagem do Novo Testamento relevante para leitores modernos. Os métodos de Bultmann, embora inovadores, enfrentaram consideráveis controvérsias dentro dos círculos protestantes. A posição bultmanniana que causou mais polêmica a proposta de

---

<sup>2</sup> Wellhausen não é o idealizador da Hipótese Documental, contudo, foi ele quem lhe deu a sua forma clássica.

“desmitologização” na hermenêutica do Novo Testamento. Bultmann havia argumentado que o Novo Testamento estava repleto de elementos mitológicos que precisavam ser reinterpretados para o público moderno. Essa abordagem foi vista por muitos como minando a realidade histórica das principais doutrinas cristãs. Além disso, a obra bultmanniana foi entendida como uma extensão da teologia liberal, que era tida sob suspeita por protestantes mais conservadores. Apesar disso, Bultmann nasceu em uma família luterana e permaneceu membro da Igreja Luterana até sua morte em 1976. Ele também continuou a lecionar na Faculdade Teológica Protestante da Universidade de Marburg até sua aposentadoria em 1951 (Pikaza, 2000, p. 9-54).

No âmbito católico, houve uma atitude condenatória mais acirrada por parte hierarquia contra os modernos métodos de exegese bíblica, pois pensava-se que estes punham em dúvida a inspiração divina da Bíblia. Isto fez com que a igreja reagisse com a carta encíclica *Providentissimus Deus* (1893), do papa Leão XIII (1810-1903), afirmando não haver erros na Bíblia e que a inspiração divina está presente em todos os livros e em todas as partes de cada um deles. Esse fechamento da hierarquia católica foi desastroso e, meio século depois, foi necessária alguma abertura para tentar salvar a situação de sacrifício do intelecto exigida anteriormente. Por isso, em 1943, o papa Pio XII (1876-1958) escreveu a encíclica *Divino Afflante Spiritu*, sobre o modo mais oportuno de promover os estudos bíblicos. Nesse documento, Pio XII pede que a Bíblia ocupe um lugar central na teologia e na vida dos fiéis católicos. Afirma também a importância do conhecimento sobre os autores bíblicos, a respeito dos gêneros literários dos textos, do contexto histórico no qual os textos surgiram, da cultura etc.

Na prática isso não funcionou, pois, apesar de Pio XII ter sido um homem das ciências, a Pontifícia Comissão Bíblica não deu muita abertura para os estudiosos católicos. A correta interpretação bíblica não deveria ser realizada por ninguém além dos membros da alta hierarquia da igreja. Portanto, os estudos e interpretações feitas fora do âmbito católico não eram reconhecidos e eram até condenados com proibições de leitura por fiéis da igreja. Intelectuais católicos que liam as publicações dos pesquisadores de outros segmentos o faziam de modo oculto.

Mas, poucos anos após a publicação de *Divino Afflante Spiritu*, veio a descoberta dos manuscritos de Qumran, no Deserto da Judeia em 1947, que continham fragmentos de quase toda a Bíblia e muitos outros tipos de escritos ocultos em cavernas, desde o século I da era cristã. Essa descoberta causou grande perturbação em alguns segmentos por receio de que em algum daqueles textos estivesse algo contra os dogmas cristãos. A Igreja Católica, que havia reagido de forma radical contra a pesquisa crítica da Bíblia, retrocedeu por meio da *Carta ao Cardeal Suhard*, em 1948, “permitindo assim uma abertura aos exegetas católicos”, o que fez surgir a Bíblia de Jerusalém, em 1956, elaborada a partir do estudo bíblico-científico entre os católicos (Tillesse, 1987, p. 93).

Atualmente, os estudos bíblicos e as diversas abordagens realizadas por vários segmentos cristãos, e fora desse âmbito, são amplamente aceitos pela igreja, que, em 1965, ao final do Concílio Vaticano II, promulgou através do papa Paulo VI (1897-1978) a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, que, em vez da atitude condenatória anterior, abriu a igreja para o mundo moderno, de modo a colaborar com as inúmeras perspectivas de aproximação ao texto bíblico.

## **2 ESE, as práticas religiosas e a identidade maior do espiritismo**

Em ESE, Allan Kardec organiza e comenta amplamente mensagens ditadas a diferentes médiuns pelos chamados espíritos superiores sobre os quatro evangelhos canônicos oriundos dos apóstolos: Mateus, Marcos, Lucas e João, deixando de lado controvérsias sobre a biografia, os princípios de dogmas cristãos e os milagres atribuídos a Jesus Cristo, de modo a abordar apenas os aspectos morais dos textos bíblicos<sup>34</sup>. Através da obra, o fundador do espiritismo o classificou, pela primeira vez, como a “terceira revelação da lei divina”, surgida após o Velho e o Novo Testamento. Em tal interpretação a ‘doutrina dos espíritos’ significa o cumprimento da promessa de Cristo a respeito da vinda do “consolador prometido” e a própria revisão do cristianismo (Kardec, 2002, p. 96; Incontri, 2004, p. 104). Na obra, Kardec grafou duas frases muito lembradas por seus confrades de gerações posteriores (no frontispício e, respectivamente,

<sup>3</sup> Fez tal opção, explicando seu objetivo com a obra, pois enquanto as “primeiras partes foram objeto de controvérsias, a última manteve-se inatacável (Kardec, 2002, p. 8).

<sup>4</sup> Ele adotou a tradução bíblica do compatriota padre Louis-Isaac Lemaistre de Sacy (1613-1684).

nos capítulos 4 e 19 de ESE): “Fora da caridade não há salvação” e “Não existe fé inabalável senão aquela que possa observar a razão, face a face, em todas as eras da humanidade”.

A publicação de ESE veio selar, ao menos doutrinariamente, a identidade não só religiosa, mas também *cristã* do espiritismo, contrariando indivíduos e grupos que reivindicavam sua identificação apenas como corrente filosófica e científica. Entretanto, o debate se o espiritismo é ou não religião perdura (Arribas, 2010; Lewgoy, 2013; Souza; Arribas; Simões, 2017). Os “defensores religiosos” e os “opponentes cientificistas” concordam, ao menos, que o significado de religião atribuído por Kardec ao espiritismo, quando o denomina assim em seus escritos, não é o mesmo das demais tradições de fé (Barros, 2019), principalmente, quanto à rejeição de uma hierarquia religiosa formal ou “burocracia do sagrado”, chamada pelo sociólogo alemão Max Weber (1991) de “hierocracia”<sup>5</sup>.

Cabe aqui fazer menção ao advogado contemporâneo de Kardec e igualmente francês, Jean-Baptiste Roustaing, que havia publicado em quatro volumes, a partir de 1866, uma obra intitulada *Os quatro evangelhos: revelação da revelação*, contendo observações dele próprio e mensagens psicografadas por uma única médium belga chamada Émilie Collignon. No livro, Roustaing afirma que Jesus Cristo não teria efetivamente nascido e tampouco possuído um corpo físico, mas sim um “corpo fluídico” (Roustaing, 1998; Souto Maior, 2013, p. 293-294). Sua obra exerceu grande influência sobre lideranças espíritas brasileiras do século XIX e da primeira metade do século XX, tendo havido acirrada disputa entre um segmento dedicado ao estudo dela junto com os escritos de Kardec e outro voltado apenas aos textos publicados pelo fundador do espiritismo, com viés cientificista e ênfase nas experimentações mediúnicas (Arribas, 2010). No primeiro grupo, sobressaiu o médico cearense fixado no Rio de Janeiro, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, um dos principais articuladores da formação da Federação Espírita Brasileira (FEB), em 1884, tornando-se seu presidente, cinco anos mais tarde e, novamente, de 1895 até falecer em 1900 (Carvalho; Carvalho, 2017). Conhecido como “médico dos pobres” nesse meio religioso pelo

---

<sup>5</sup> Embora haja, simbolicamente, tal hierarquia dado o superlativo reconhecimento atribuído a determinados médiuns e palestrantes espíritas, cujos eventos e vídeos são intensamente buscados.

atendimento gratuito a pessoas carentes e defensor do trabalho assistencial espírita, Menezes foi o principal responsável pela contraposição religiosa cristã à ala filosófica-cientificista, bem como pela unificação espírita em torno da FEB, após sua fundação (Arribas, 2010). Ao longo do século XX, o segmento espírita brasileiro deixou, em grande medida, a referência ao advogado francês em prol da exclusividade de Kardec, tendo havido, em 2019, uma determinação da FEB pela retirada em seu estatuto do artigo que prescrevia o estudo da obra Roustaing (Carvalho, 2019).

No meio espírita brasileiro de viés científicista, ESE não recebe efetivamente a mesma atenção e reflexão que os demais livros de Allan Kardec. Já entre adeptos do espiritismo menos intelectualizados, por vezes, se atribui a publicação do “livro religioso” de Kardec a uma espécie de estratégia que teria sido concretizada por ele para aplacar ou atenuar a aversão católica. Ocorre que a principal questão internacional com a igreja se deu justamente em torno de ESE, tendo durado nada menos que três séculos.

Enquanto na França a negação, em grande medida, da identidade religiosa foi uma forma de os espíritas tornarem sua doutrina aceita pelas laicistas autoridades públicas que lá passaram a atuar, desde a violenta revolução republicana de 1789, no Brasil ocorreu exatamente o contrário. Tal inversão de processos ocorreu neste país, embora mediante certa perseguição e contestação católicas, isto a despeito da separação Estado-igreja propiciada pela nossa tão pacata quanto elitista Proclamação da República, que foi feita aqui um século depois, como se sabe (Giumbelli, 1997). Entretanto, a afirmação do espiritismo como religião cristã só ocorreu no território nacional - aos poucos e parcialmente ainda, cabe ponderar - porque foi atrelada ao trabalho assistencial gratuito, inicialmente, feito via prescrição e doação de remédios alopáticos e homeopáticos, protagonizada por Bezerra de Menezes, dando-se, depois, através de outras práticas materialmente caritativas (Giumbelli, 1997; Aubrée; Laplantine, 2009).

A valorização de ESE se fez e prossegue importante no processo de afirmação religiosa cristã do espiritismo. Isso abrange não apenas a frequente leitura da obra em reuniões nos centros espíritas, mas também a publicação de

escritos de seus intelectualizados adeptos sobre ela (Loureiro, 2009; Carvalho, 2014). Tal processo de valorização ganharia grande impulso a partir de uma prática iniciada por Francisco Cândido Xavier, o conhecido médium Chico Xavier, que é o segundo protagonista da história do espiritismo no país e veio a ser o maior artífice da sua propagação (Lewgoy, 2004). Trata-se do chamado Culto do Evangelho no Lar, que consiste no estudo semanal da referida obra de Kardec no ambiente familiar doméstico, iniciado mediante preces e finalizado com elas, após “vibrações” em prol das necessidades humanas. Entende-se que tal culto, feito no mesmo dia e horário da semana, propicia que os chamados benfeitores espirituais participem dela. Sua finalidade básica, conforme os espíritas, é conferir proteção e crescimento espiritual aos que habitam a moradia. Esse costume passou a ser mais difundido mediante a exemplificação do próprio Xavier, após a publicação, em 1950, do livro *Jesus no Lar*, psicografado por ele e ditado pelo espírito denominado Neio Lúcio, assim chamado pelos espíritas (Souza; Simões; Arribas, 2017). Da pequena cidade mineira de Pedro Leopoldo tal prática se disseminou nacionalmente, de modo a tornar-se um elemento estrutural do espiritismo no país, estando inclusive na origem de parte dos centros espíritas formados (Torres, 2019, p. 42)

É bastante comum os participantes do Culto do Evangelho no Lar fazerem nele algo que é universalmente reconhecido como a principal marca da devoção cristã: a oração dominical - termo oriundo do latim *Dominus*, portanto, Oração do Senhor - que é popularmente conhecida como Pai Nosso. Não por acaso, no último capítulo de ESE Allan Kardec expõe e comenta uma coleção de orações com finalidades distintas, sendo que aquela cujo comentário é maior e mais aprofundado - por ser considerada a principal entre todas - é a oração dominical. Interessante observar que tanto a leitura reflexiva de trechos da referida obra quanto à realização dessa prece nos centros espíritas são interpretadas como práticas de preparação para o trabalho mediúnico feito em espaços reservados deles, principalmente a desobsessão, conhecida como “doutrinação” ou “diálogo fraterno” com espíritos sofredores que influenciam negativamente as pessoas demandantes de tal tratamento espiritual, conforme pesquisa de campo feita em centros espíritas de São Paulo e das cidades paulistas de São Carlos, Bauru e São José dos Campos, por exemplo.

No Culto do Evangelho no Lar - assim como em sessões de centros espíritas que são, em formato, assemelhadas a ele - também é feita, por vezes, a leitura de livros psicografados por Chico Xavier e atribuídos a seu mentor espiritual Emmanuel. Trata-se de um conjunto de dez obras publicadas, entre 1948 e 1992, cujos capítulos constituem comentários de versículos extraídos do Novo Testamento, abrangendo, portanto: evangelhos, Atos dos Apóstolos, cartas apostólicas e Apocalipse. A FEB publicou uma coleção sete obras, contendo o conteúdo de tais livros e comentários a respeito, tendo sido a primeira delas lançadas, em 2018, sobre o Evangelho de Mateus (Xavier; Silva, 2018).

A leitura também do próprio texto bíblico no Culto do Evangelho no Lar ganhou incentivo, a partir de 2010 - ano de centenário do nascimento de Chico Xavier - com a publicação pela FEB de uma tradução direta do grego e parcial do Novo Testamento, organizada pelo juiz de direito e conhecido palestrante espírita Haroldo Dias<sup>6</sup>. E de outra edição semelhante, porém laica, publicada no Brasil, sete anos depois, pela editora Companhia das Letras, tendo sido traduzida e organizada pelo português professor de literatura da Universidade de Coimbra, Frederico Lourenço, sendo também utilizada em determinados grupos espíritas dedicados a estudos bíblicos (Torres, 2019; Souza; Torres, 2022).

Há no meio espírita ainda uma prática discreta, muito menos comum e recorrentemente individual, de abrir ESE a esmo e fazer uma leitura, acompanhada de prece fervorosa, para a busca de algum aconselhamento espiritual em momentos de aflição, angústia ou necessidade de difícil decisão. Para tal finalidade, às vezes, se recorre também à Bíblia, em particular aos evangelhos (Torres, 2019). Cabe dizer que no meio espírita, muitas vezes, se remete à referida obra de Kardec e aos textos do Novo Testamento, simplesmente, como “o evangelho”. Cumpre ainda ser dito que para parte dos espíritas tal hábito remete a algo feito pelos protagonistas do cristianismo, historicamente nascente, sobremaneira pelo apóstolo Paulo de Tarso, conforme narrado no livro *Paulo e Estêvão* (1941), do espírito Emmanuel por Chico Xavier (2013), tendo sido

---

<sup>6</sup> Anteriormente, houve iniciativas de estudos bíblicos no meio espírita em determinadas localidades, com destaque para o Grupo Emmanuel, de Belo Horizonte, formando em 1957 a partir da liderança do bancário e dirigente espírita Honório Onofre Abreu (Torres, 2019).

considerado por este como sua principal obra mediúnica.

Observa-se que o cultivo de ESE ocupa um lugar especial no espiritismo brasileiro, sendo algo central na sua vivência doméstica, em família ou individualmente - com a firme confiança de que “benfeitores espirituais sempre nos acompanham” - e nas reuniões públicas dos centros espíritas, voltadas a todas as pessoas que os procuram, ou então em momentos reservados para os chamados “trabalhadores da casa”, tais como cursos e assembleias. Embora os espíritas sejam reencarnacionistas, algo que os difere objetivamente dos evangélicos e dos católicos - ainda que parte destes também o sejam, informalmente - verifica-se que esse livro de Kardec cumpre um papel de grande importância na afirmação do espiritismo como religião cristã (Torres, 2019; Souza; Torres, 2022), a despeito do incômodo dos espíritas cientificistas com tal identificação religiosa do espiritismo.

## **Conclusão**

Como visto, há uma longa trajetória de estudos interpretativos da Bíblia, buscando extrair dela a essência dos ensinamentos contidos nos livros que a compõe. Para tanto se recorre a aspectos arqueológicos, históricos, antropológicos, políticos, socioeconômicos e culturais dos períodos em que tais textos foram escritos e aos quais eles se referem. Allan Kardec herdou tal tradição formada por esforço coletivo e realizou seu próprio estudo, com foco nos quatro evangelhos canônicos, a partir das premissas espíritas - principalmente a reencarnação, a mediunidade e a evolução espiritual - contando com a colaboração de mensagens transmitidas, através de diferentes médiuns, pelos chamados espíritos superiores. Conforme o ofício de educador, que exercera com o nome de Hyppolite Rivail, o fundador do espiritismo buscou, inicialmente, contextualizar de modo didático ESE, apontando as características marcantes dos grupos sociais existentes ao tempo de Jesus: samaritanos, nazarenos, publicanos, portageiros, fariseus, escribas, saduceus, essênios e terapeutas. Fez menção ainda às práticas religiosas judaicas da época, feitas nas sinagogas e no templo em Jerusalém.

Com o propósito de ressaltar o caráter racional do espiritismo enquanto

religião e de apontar sua raiz, tão historicamente longa quanto ligada ao cristianismo, Kardec insere na introdução da referida obra também sua abordagem das contribuições dos filósofos gregos clássicos Sócrates e Platão, que viveram cinco séculos antes de Cristo. Ele os considera precursores do cristianismo em face da afirmação monoteísta que fizeram, bem como da imortalidade da alma e do papel que entidades espirituais, chamadas por eles de *daemons* (ou anjos pelos cristãos), exercem sobre as pessoas.

Interessante observar que tanto o iniciador do espiritismo quanto o guia espiritual de Chico Xavier, Emmanuel, optaram exclusivamente pelos evangelhos canônicos para a elaboração de ESE e dos livros mediúnicos relativos ao Novo Testamento<sup>7</sup>. Entretanto, no espiritismo brasileiro, por vezes, se faz menção aos chamados evangelhos apócrifos, sobremaneira *O evangelho de Tomé: o verdadeiro cristianismo como ensinado por Jesus* (1995), publicado pelo prestigiado e já falecido escritor espírita Hermínio Corrêa de Miranda (1920-2013), contendo também seus comentários. Embora tal livro não seja popular no meio espírita como os psicografados por Chico Xavier, seu autor é conhecido e respeitado em tal segmento. Essa obra constitui um contraponto ao conteúdo dos livros de Emmanuel e Xavier em relação aos evangelhos, por isso deve ser mencionada aqui, ainda que ao término do presente artigo.

Por fim, cabe fazer menção às práticas geradas e consolidadas no espiritismo nacional a partir do estudo de ESE, com destaque para o Culto do Evangelho no Lar, conferindo-lhe um caráter peculiar em relação ao segmento espírita formado na França, país de Kardec, vale lembrar. Trata-se da identidade *religiosa cristã*, algo que, associadamente ao difundido trabalho assistencial, enquanto materialização do princípio da caridade, confere ao espiritismo seu reconhecimento crescente como parte do cristianismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. **A mesa, o livro e os espíritos**. Gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: EdUFAL, 2009.

ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião?** São Paulo: Alameda e

---

<sup>7</sup> Kardec chega a criticar na introdução da referida obra o livro *A morte de Jesus*, que teria sido supostamente escrito por um essênio.

FAPESP, 2010.

BARROS, Brasil Fernandes de. Fé inabalável e razão: o significado de religião para Allan Kardec. **Interações: cultura e comunidade**, v. 4, n. 24, p. 227-247, 2019.

BEALE, Gregory K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: Exegese e interpretação**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Kardecismo e umbanda**. São Paulo: Pioneira, 1961.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Espiritismo: um “neocristianismo”? **IHU On-line**. (Entrevista concedida ao IHU-On-line), 1 de novembro, 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3623-marcelo-camurca>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

CARVALHO, Antonio Cesar Perri de (Org.). **O Evangelho segundo o Espiritismo: orientações para o estudo**. Brasília: FEB, 2014.

CARVALHO, Antonio Cesar Perri de. Assembleia da FEB retira Roustaing do Estauto – Entrevista (Entrevista concedida a Ismael Gobbo). **Boletim do Grupo de Estudos Chico Xavier**. 12 de agosto de 2019. Disponível em: <https://grupochicoxavier.com.br/assembleia-da-feb-retira-roustaing-do-estatuto-entrevista/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CARVALHO, Flávio Rey de; CARVALHO, Antonio Cesar Perri de. Espiritismo como religião: algumas considerações sobre seu caráter religioso e seu desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, André Ricardo de; SIMÕES, Pedro; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Espiritualidade e espiritismo: reflexões para além da religiosidade**. São Paulo: Porto de Ideias, 2017, p. 55-78.

FITZMYER, Joseph, A. **The Interpretation of Scripture: In Defense of the Historical-Critical Method**. New York: Paulist Press, 2008.

GILBERT, Pierre. **Pequena História da Exegese Bíblica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GUNNEWEG, Antonius H. **Hermenêutica do Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

INCONTRI, Dora. **Para entender Kardec**. Bragança Paulista: Lachâtre, 2004.

KARDEC, Allan. **O Evangelho segundo o Espiritismo**. Araras: IDE, 2002.

KARDEC, Allan. Necrologia: morte do bispo de Barcelona. **Revista Espírita**. Ano de agosto de 1862. Brasília: FEB, p. 319-322, 2004.

LEWGOY, Bernardo. **O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira**. Bauru: EDUSC; Brasília: CNPq-PRONEX, 2004.

LEWGOY, Bernardo. A contagem do rebanho e a magia dos números: nota sobre o espiritismo no Censo 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 191-202.

LOUREIRO, Helena. **O estudo do Evangelho no lar: a união da família em torno de Jesus**. São Paulo: DPL, 2009.

MIRANDA, Hermínio Corrêa de. **O evangelho apócrifo de Tomé: o verdadeiro cristianismo como foi ensinado por Jesus**. 4. ed. São Paulo: Lachatre, 2007.

PIKAZA, Xabier. Prólogo a la edición Catellana. In: BULTMANN, Rudolf. **Historia de la Tradición Sinoptica**. Salamanca: Sigueme, 2000, p. 9-54.

PRANDI, Reginaldo. **Os vivos e os mortos: uma introdução ao espiritismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

ROUSTAING, Jean-Baptiste. **Os quatro evangelhos: revelação da revelação**. 1. vol. Brasília: FEB, 1998.

SÁNCHEZ, Tomás P. **Um livro chamado Bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1996.

SIMÕES, Pedro. **Dá-me de comer**. São Paulo: LIHPE/CCDPE-ECM, 2015.

SOUTO MAIOR, Marcel. **Kardec: a biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SOUZA, André Ricardo de. **O cristianismo brasileiro contemporâneo: aspectos assistenciais, econômicos, políticos e ecumênicos**. São Carlos: EdUFSCar e FAPESP, 2024.

SOUZA, André Ricardo de; ARRIBAS, Célia da Graça; SIMÕES, Pedro. Feições expressivas do movimento espírita brasileiro. **Religare**, v. 14, n. 1, p. 28-59, 2017.

SOUZA, André Ricardo; TORRES, Natália Cannizza. As duas faces evangélicas do espiritismo brasileiro. **Religião & Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 221-239, 2022.

SOUZA, André Ricardo de; SIMÕES, Pedro. Desafios do trabalho assistencial espírita: dois modelos de atuação. **REVER**. V. 17, n. 1, p. 123-145, 2017.

SOUZA, André Ricardo de. Pluralidade cristã e algumas questões do cenário religioso brasileiro. **Revista USP**, v. 120, p. 15-22, 2019.

TEIXEIRA, Faustino. A presença dos espíritos no imaginário da sociedade brasileira. **IHU-On-line** (Entrevista concedida ao IHU-Online), 9 de setembro, 2010. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/36132-a-presenca-dos-espíritos-no-imaginario-da-sociedade-brasileira-entrevista-especial-com-faustino-teixeira>. Acesso em 21 de novembro de 2023.

TILLESSE, Caetano M. de. Análise literária. **Revista Bíblica Brasileira**, ano 4, n. 3, p. 83-93, 1987.

TORRES, Natália Cannizza. **“Jesus a porta, Kardec a chave”**: a apropriação do Novo Testamento pelo segmento espírita. São Carlos, 2019. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São

Carlos.

XAVIER, Francisco Cândido; SILVA, Saulo Cesar Ribeiro da. Pelo Espírito Emmanuel. **O Evangelho por Emmanuel: Comentários ao Evangelho Segundo Mateus**. Brasília: FEB, 2018.

XAVIER, Francisco Cândido. **Paulo e Estêvão**. Pelo espírito Emmanuel. 45ª edição. Brasília: FEB, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. V. 1. Brasília: Editora UnB, 1991.